

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS DO 1º QUADRIMESTRE DE 2016.-----

Aos trinta (30) dias do mês de maio do ano de dois mil e dezessete (2017), às nove (9) horas, na Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Salmourão, situado na rua Professor Roberto Hottinger, 70, realizou-se a Audiência Pública para Avaliação das Metas Fiscais do 1º trimestre de 2017, presidida pelo Vereador **Fernando Roçato**, Presidente da Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade. Também presente os Vereadores Leandro de Paula e Eduardo Oliva Fernandes. Também os cidadãos: Paulo Sérgio Cordeiro, Carlos Henrique Lopes Bogalhos e Andrea Cristina Bertassi. Representando a Prefeitura o Sr. Marcelo da Silva. Iniciando a audiência o Presidente agradeceu a presença de todos e passou a palavra ao representante da Prefeitura, Marcelo da Silva, contador da Prefeitura, para as suas considerações. O Sr. Marcelo distribuiu a todos relatórios confeccionados para o acompanhamento e compreensão dos dados a serem apresentados. Iniciou falando da receita no 1º trimestre de 2017 que ficou em R\$ 4.275.877,73, valor próximo ao previsto para o período uma vez que representa 32,38% do previsto para ano em receitas correntes. Lembrou que o relatório mostra uma previsão total de receita de R\$ 23.840.000.00, mas este valor contempla as receitas de capital e nestas está previsto o repasse governamental para a construção de casas populares e outras obras, assim a análise da situação da prefeitura deve ser feita sem levar em consideração este repasse que possui aplicação obrigatória. Explicou ainda que o valor da receita tem caído mês a mês e que as previsões para os próximos meses é de uma queda maior ainda, algo que tem preocupado a administração. Disse também que a prefeitura recebeu alguns problemas da administração anterior e, por isso, teve que gastar mais nos primeiros meses do ano, exemplificou que foi necessário fazer o motor de 5 ambulância e disse que estas despesas levaram a um deficit no período de R\$ 415.345,92. O vereador Eduardo questionou o que isto quer dizer efetivamente. O Sr. Marcelo respondeu que este valor representa o que a prefeitura gastou a mais do que arrecadou no período e pediu para que os presentes olhassem o valor total da despesa que foi de R\$ 4.691.223,65. Explicou que o deficit é apurado subtraindo o valor da receita do valor da despesa. Já a receita corrente líquida ficou em R\$ 14.217.481,92, explicou que esta receita é calculada somando-se a arrecadação dos últimos 12 meses e é utilizada para a aferição do índice de despesa com pessoal que no trimestre ficou em 51,65%, percentual acima do limite prudencial e que merece um olhar atento da administração para não ultrapassar o limite máximo de 54%. Lembrou que este índice ainda sofre influência dos recursos recebidos no final do ano passado a título de repatriação, o que gera mais preocupação ainda. Sobre a aplicação do FUNDEB disse que o município aplicou no período 109,73% do que recebeu, tudo aplicado em remuneração do magistério. Explicou que os aumentos do piso nacional dos professores foram concedidos pelo Governo Federal sem qualquer ajuda deste para custear estes aumentos, com isso, o valor recebido do FUNDEB não cobre sequer o pagamento do magistério. Exemplificou dizendo que a Prefeitura recebeu do fundo o montante de R\$ 605.275,59 e aplicou R\$ 664.161,63, ou seja, aplicou cerca de 58.000,00 do seu “próprio bolso”, isso só com o magistério. Explicou ainda que o FUNDEB não tem sido um bom negócio para o município de Salmourão, uma vez que o valor retido tem sido maior do que o recebido. O vereador Fernando pediu que explicasse melhor esta situação. O Sr. Marcelo explicou que o FUNDEB é um fundo formado através da retenção de receita de todos os municípios; depois este dinheiro é dividido entre os município de acordo com normas próprias do fundo; ocorre que Salmourão tem retenção maior do que recebimento. Em seguida mostrou no relatório que o município recebeu do FUNDEB R\$ 602.052,61 e teve retenção de R\$ 761.415,39. Em seguida passou a falar da aplicação em saúde, que ficou em 24,26% da receita arrecada, bem acima do mínimo de 15%. Já os restos a pagar estão em R\$ 375.141,80. Encerrou dizendo que a situação da prefeitura merece atenção, pois, a despesa tem subido e a receita caído. Que se tem gasto muito com saúde, em especial com repasse à Santa Casa. Disse que este repasse precisa ser reavaliado e que é necessário fechar a “torneira” dos gastos para que no futuro as coisas não piorem mais ainda. O vereador Leandro questionou sobre os repasses à Casa da Esperança Emil Wirth. O Sr. Marcelo disse que os repasses tem sido feitos e que o valor é pequeno e, assim, o impacto deste

repassse também é pequeno. Não houve mais uso da palavra. Como não havia mais nada a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a Audiência Pública e, para constar, foi lavrada a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada pelo Presidente e pelo Secretário designado. Câmara Municipal em 30 de maio de 2017.-----

FERNANDO ROÇATO
Presidente da Comissão de FOC

EDUARDO OLIVA FERNANDES
Secretário designado